

A CRUZADA DO CRUZADO: UMA ANOTAÇÃO SOBRE MOEDA, CRÉDITO E INFLAÇÃO*

*Luiz Augusto Estrella Faria***

Desde a inauguração do Plano Cruzado, em fevereiro passado, o debate teórico sobre as causas e os remédios para a inflação estancou no País. Discutiu-se e tem se discutido se o congelamento vai se sustentar, quem se beneficiou e quem perdeu com a forma como foram alinhados os preços na conversão de cruzeiro para cruzado. Enfim, parece que o controle da inflação é um problema político, ou até de polícia, antes de ser um problema econômico. Se formos lembrar quão grande foi a discussão que se travou antes da aplicação do Plano Cruzado, em que uma viva polêmica foi sustentada, inclusive, contra as teses da inflação inercial que acabaram por dar o suporte teórico ao referido Plano, parece que o outro lado se retirou do campo de batalha antes que as armas decidissem a sua sorte.

O objetivo dessas notas é retomar alguns aspectos do debate entre teorias da inflação, para possibilitar a construção de argumentos que apontam para uma visão alternativa. Como não poderia deixar de ser, algumas questões colocadas, espero, questionarão o Plano Cruzado, a ponto de revelar suas insuficiências como política econômica capaz de alcançar a meta a que se propôs, a inflação zero.

1 — Onde está o inimigo?

O primeiro passo para podermos compreender qualquer assunto é desmascarar as meias e as falsas verdades que sobre ele são ditas. A inflação, pela importância que adquiriu nas economias modernas, e particularmente no Brasil, é um desses as-

*Este artigo foi escrito em setembro de 1986. Agradeço aos colegas do Centro de Estudos e Debates de Economia Política e do Partido dos Trabalhadores que comigo debateram vários dos pontos abordados, e particularmente a Octavio Augusto Conceição que deu sugestões em cima de um texto inicial. As omissões remanescentes, no entanto, devem ser debitadas unicamente a mim.

** Economista da FEE.

suntos em torno dos quais muita mistificação tem sido construída. Para fazer esta “limpeza de terreno” prévia à explicação que se pensa mais acertada, é necessário identificar as falsas e meias verdades com os interesses que acabam por defender. É o que será feito a seguir.

Um primeiro tipo de explicação é a que vê a inflação como um fenômeno unicamente monetário. Os preços subiriam meramente para ajustar a economia, em seu lado real, a um maior volume de moeda em circulação, oriundo seja de um aumento da emissão, seja do déficit do setor público. Diferentemente dessa posição, defendida por economistas conservadores da corrente monetarista, os keynesianos desenvolveram as teses da “inflação de demanda”, onde é a contradição entre uma demanda crescente e uma oferta inelástica no curto prazo, pelo esgotamento da capacidade ociosa, que leva ao aumento de preços. Esta demanda crescente é resultado da política do pleno emprego que expande o crédito e faz subir os salários. A variante latino-americana dessa tese é a escola estruturalista que aponta a inelasticidade da oferta como decorrente de pontos de estrangulamento na estrutura produtiva (atraso do setor agrícola, carência de infra-estrutura, etc.), se bem que aqui sejam privilegiadas, corretamente, não a demanda excessiva, mas insuficiências na capacidade de oferta, o que não é o caso dos keynesianos “bastardos”. Para o caso brasileiro, essas teses se apresentam como paradoxo, pois seu significado último é que as pessoas estão exageradamente enriquecidas, e de tão endinheiradas tudo querem comprar, mais do que é possível vender, provocando inflação. Tese: procura maior que a oferta; corolário: elevação dos preços. Simples e rasteiro. Agora vejamos é quem leva a rasteira.

Em verdade, essas teorias conseguem apenas elidir a causa real da inflação, culpando as autoridades monetárias por seu descontrole de gastos e excesso de emissão, que inundariam a sociedade de moeda, e também os trabalhadores e seus sindicatos que, gananciosos e impatrioticamente, estariam lutando por, ou recebendo, salários excessivamente altos, além da “capacidade” do mercado. Culpados de contaminar a sociedade com esta terrível doença, a eles cabe a obrigação de beber o remédio amargo prescrito pelos doutores em economia para desinfetar o organismo social — receber menos do Estado em gastos sociais como saúde e educação, receber menores salários e perder o emprego. Esse remédio foi insistentemente administrado à população brasileira durante a chamada “Velha República”.

Um outro tipo de explicação, que fica no campo das meias verdades, é a que diz que a inflação é provocada pela capacidade de as empresas reajustarem os preços por vontade própria. Segundo essa teoria, seriam as grandes empresas monopolistas, o Estado através dos preços que administra e, secundariamente, o sistema financeiro pelo nível dos juros que cobra, os fazedores da inflação, ao aumentarem os preços dos produtos que vendem, no afã de alcançar maiores lucros. Assim, a inflação aparece como um conflito entre capitalistas que lutam para se apropriar de uma parcela maior dos lucros arrancados aos trabalhadores, luta que se aguça nas crises, quando esses lucros diminuem. Nesta luta, os oligopólios e monopólios (leia-se grandes empresas) vencem, e os setores concorrenciais (leia-se pequena e média empresas) pagam pela crise, vendo “sumirem” seus lucros e até indo à falência.

Essas idéias, defendidas durante muito tempo por economistas que hoje apóiam o Plano Cruzado, fazem dos grandes empresários (o grande capital) os senhores da vontade poderosa acima de qualquer contingenciamento do sistema econômico. Contra ela podem ser levantados alguns argumentos. O primeiro e mais óbvio é que nunca foi comprovado, de fato, com dados, que os oligopólios reajustam os preços sempre acima dos das pequenas e médias empresas (livre-concorrenciais). Antes disso, o que parece ser possível verificar na realidade é que só os preços submetidos a um controle arbitrário (tipo tabelamento) não acompanham a inflação. Em segundo lugar, essa concepção não é capaz de enxergar a componente monetária da inflação, isto é, — como será visto mais adiante — o papel da política monetária, do financiamento do gasto público, do déficit público, do crédito bancário, que são específicos do sistema monetário atual do papel-moeda inconvertível que, ao substituir o padrão-ouro, criou a possibilidade do fenômeno inflacionário como conhecemos.

Além disso, cria essa concepção uma ilusão política, que hoje envolve toda a sociedade brasileira, de que o controle de preços é arma eficiente contra a inflação. Além do curto prazo, não sendo tocadas as questões apontadas acima, o controle de preços acaba apenas provocando sonegação, ágio e mercado negro, empurrando a “ordem” capitalista para a clandestinidade, paradoxalmente. É um princípio jurídico de que a norma legal deve estar de acordo com os costumes de seu tempo.

Um terceiro tipo de idéia, que é menos popular no Brasil e também está no campo das meias verdades, é o que atribui a inflação à luta de classes pela distribuição da Renda Nacional entre trabalhadores e capitalistas. Neste contexto, a participação do Estado na resolução dos problemas econômicos adquire um papel fundamental e novo no capitalismo moderno. Com sua política monetária expansionista (isto é, aumentando o volume de dinheiro em circulação), o Governo permite que os capitalistas, aumentando os preços, possam aumentar seus ganhos às custas dos trabalhadores. Estes, ao reagirem na luta sindical por melhores salários, buscando defender-se da carestia, reforçam a inflação, pois os capitalistas não aceitam a diminuição dos seus lucros e seguem elevando preços.

O mérito dessa idéia é colocar o Estado, e portanto a questão política, como centro para onde converge esse conflito econômico. É a política econômica do Governo que vai, ao fim e ao cabo, fazer uns ganharem e outros perderem. Pode forçar uma redução de salários, seja diretamente, pela política salarial, seja indiretamente, com cortes dos gastos em saúde, educação, etc. e com uma política restritiva que provoque a recessão e o desemprego. Pode, por outro lado, mantendo os salários reais, fazer os capitalistas terem seus lucros reduzidos. Uma política dessas, no entanto, só tem sustentação se for acompanhada de um aumento da participação do Estado na economia, através de estatizações e nacionalizações de empresas, pois, caso contrário, os capitalistas recusa-se-ão a investir, provocando uma crise.

Essas idéias, bastante atraentes diga-se de passagem, pecam por apresentar apenas uma parte da questão, pois, se a luta de classes tem inequivocamente um papel no processo inflacionário, isto não explica como, no período de vigência do sistema monetário de padrão-ouro, a luta de classes, de mesma ou maior intensidade, não tinha esse resultado.

2 – À procura de rastreadores

A partir deste ponto, podemos começar a alinhar alguns argumentos que apontem para uma explicação do fenômeno inflacionário.

A separação criada no capitalismo entre trabalhos privados e trabalho social é que permite o surgimento da crise inflacionária, tendo como pressuposto um sistema monetário sem convertibilidade e a existência do dinheiro creditício¹.

É da natureza do capitalismo que os bens e serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades sociais sejam produzidos individualmente, por empresas isoladas, dependendo da vontade individual dos homens de negócio. Esses bens e serviços assim produzidos só assumem concretamente seu caráter social, de produto para a sociedade, quando vão ao mercado. É neste momento que a mercadoria se defronta com a necessidade de efetuar o “salto mortal”, como chamou Marx, de conseguir que o trabalho privado que gerou seu valor seja realizado socialmente, com a obtenção no mercado de um preço correspondente ao tempo de trabalho dispendido em sua produção. Em outras palavras, que o tempo do trabalho privado seja igual ao tempo de trabalho socialmente necessário.

Como os processos de produção estão em constante transformação, impulsionados pela concorrência, sempre existe a possibilidade de não-realização do valor socialmente. Isto é sentido pelo capitalista quando não há um preço no mercado que lhe cubra os custos de produção e o lucro esperado. O “salto mortal”, então, acaba em fratura exposta. Quando esta situação se generaliza, estamos diante de uma crise onde a queda da taxa de lucro leva à redução dos investimentos e às conseqüências que todos conhecem.

Nesse jogo, os produtores de mercadorias têm sempre um sócio que são os seus financiadores. Quando um banco adianta recursos para financiar a produção, ele está na realidade pré-validando as mercadorias que ainda estão em processo, antes de irem ao mercado. O risco do crédito é justamente o fato de estar baseado em uma expectativa de renda futura. É por isto que, quando há uma crise na esfera da produção, ela se manifesta também como crise financeira (falência de bancos, corrida de depositantes, etc.). O banco que tenha adiantado financiamento, pré-validando um valor em processo que acaba não se realizando socialmente (não encontra mercado), tem sua moeda escritural destruída pela inadimplência do devedor.

No período de vigência do padrão-ouro, isto é, até a depressão dos anos 30, as crises levavam a quedas generalizadas dos preços. Essas crises deflacionárias eram possíveis pelo sistema monetário e pelas políticas econômicas adotadas pelos governos. A possibilidade de trocar moeda-papel por ouro levava os capitais ao recurso do

¹ O conceito de moeda-crédito sintetiza a possibilidade de os bancos criarem moeda via emissão de crédito (cada crédito aberto corresponde a uma ampliação dos depósitos à vista – M1). Ver Faria (1986).

entesouramento nas crises, pela estabilidade do valor do ouro, indústria de produtividade constante e mercadoria não sujeita a problemas de mercado. A destruição de capital produtivo e de capital dinheiro creditício (falências e corrida de depositantes) é acompanhada da queda dos preços das mercadorias, que corrobora a queda da taxa de lucro ao ajustá-la a um valor menor.

O aumento da produtividade do trabalho maior em todos os setores econômicos do que na produção do ouro determinou a morte do sistema monetário anterior. Isto porque, permanecendo o ouro como padrão de preços, as mercadorias de modo geral teriam preços declinantes, o que levaria à uma deflação generalizada. Se tal ocorresse, as taxas de juros precisariam ser negativas, o que levaria ao colapso o sistema de crédito, porque os investidores se refugiariam no mercado de ouro. Por outro lado, os salários nominais precisariam ser diminuídos de acordo com a queda dos preços, o que se chocaria com a resistência dos trabalhadores, caso contrário, os lucros seriam corroídos pelo aumento dos salários reais. (Mandel, 1982.)

A saída encontrada foi a desvalorização da moeda-papel em relação ao ouro, de forma a acompanhar os movimentos dos valores relativos das mercadorias. Isto é, o dinheiro foi desvalorizado para que os preços nominais não caíssem. Com a expansão do volume de dinheiro em circulação devido ao aumento do gasto público, a moeda forçosamente se tornou introcável pelo ouro, já que o volume deste permanecia proporcionalmente cada vez menor em relação ao dinheiro em circulação. Oficializada esta situação pelos governos, inaugura-se um novo sistema monetário. Muito rapidamente, as autoridades estatais descobrem “facilidades” permitidas pelo novo padrão monetário. Se no padrão anterior, para “viver além de suas posses”, os príncipes, no máximo, podiam falsificar o peso das moedas, no sistema inconvertível, emitir moeda sempre que houvesse necessidade era fácil e não implicava, pelo menos a curto prazo, perda de credibilidade. As políticas, então, passaram a ser permissivas, correndo as emissões sempre à frente das possibilidades dadas pela evolução da renda global da economia. Esta nova forma de administrar a moeda emitindo para cobrir despesas governamentais cada vez maiores, aliada ao grande crescimento do sistema de crédito, tudo isto levando a um crescimento do volume de dinheiro sempre à frente do crescimento do produto real da economia, inaugurou o fenômeno da inflação permanente.

A inflação é tremendamente funcional para o desenvolvimento capitalista. Tanto do lado do uso do déficit do governo como incentivador da demanda efetiva que amplia os mercados para os produtos do capital, quanto, por outro lado, da multiplicação dos créditos à produção e ao consumo que antecipam as condições de produção e realização. Este mecanismo, usado ao longo de todo o pós-guerra, foi o “sopro inflacionário” que enfunou as velas da nau capitalista. Entretanto, a inflação é capaz apenas de “deslocar” o problema, mas não pode evitar a crise, pois esta se forma no campo real, ao nível da produção, pela queda da taxa de lucro. O deslocamento do problema significa que, se no sistema anterior as mercadorias eram pura e simplesmente depreciadas na situação da crise, ao não encontrarem no mercado quem pagasse um preço correspondente ao seu valor, hoje o “salto mortal” foi transferido para o poder de compra. Quando os capitalistas, de posse do dinheiro obtido na

venda de sua produção, vão ao mercado fornecedor para comprar os meios necessários a realizar novo ciclo de produção, encontram-nos mais caros que seu dinheiro pode comprar, o mesmo acontecendo com os trabalhadores ao tentarem adquirir seus meios de vida, ficando “deslocado” para este momento o “salto mortal”. (Lipietz, 1982.)

Quando a crise começa a se gestar, os bancos — que vinham pré-validando os valores ainda não realizados, sustentados pelo banco central que, emitindo dinheiro e colocando à disposição dos bancos, sancionava uma pseudovalidação dos valores em processo — seguem financiando seus clientes, o que leva muitas empresas que não produzem mais valores socialmente necessários a terem uma sobrevida artificial. Isto, se por um lado amortece a crise, por outro lado dificulta sua resolução, ao impedir a desvalorização do capital que se tornou obsoleto. É desta forma que a crise se manifesta com uma inflação crescente. O sistema bancário multiplica os créditos num momento em que o trabalho social está diminuindo, aumentando a distância entre dinheiro em circulação e volume de produção. O Estado, por seu lado, aumenta a emissão de moeda para o sistema financeiro, ao mesmo tempo em que tem seu déficit ampliado, que, como é sabido, é financiado pela emissão inflacionária de títulos que pagam juros.

3 — Missão de reconhecimento

3.1 — O centro do inimigo

Veremos agora como se dá esse processo para além dessas aparências, em seus mecanismos internos mais profundos. Seguiremos a linha aberta por Marx, no mesmo paradigma metodológico que está marcado pela separação hegeliana entre aparência e essência.

A formulação teórica de Marx, na construção de sua teoria crítica do modo de produção capitalista, tem como um dos pilares a noção de fetichismo. É claro que não discutiremos este conceito aqui, apenas faremos referência ao sentido com que deve ser apreendido para que se possa compreender a matéria que aqui nos toca.

Esse sentido é o de que, quando funcionando de forma reprodutiva, os sistema econômico está obedecendo a leis que, de forma alguma, aparecem para os atores como tais. É o caso da lei do valor, a que nos toca aqui mais de perto. Quando a oferta e a demanda se correspondem e os capitalistas auferem no mercado os lucros que esperavam, é porque os preços de venda são correspondentes à medida em termos monetários do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias ali vendidas. Tal fato de forma alguma é consciente para os participantes do jogo de mercado. A eles parece que o “justo preço” é um atributo natural das coisas (as mercadorias). Este é o fetiche: as coisas parecem o sujeito do processo, o qual (os homens) fica escondido por trás dessas coisas.

Assim, criam-se dois mundos superpostos. Um da essência dos fenômenos econômicos e outro de suas formas aparentes. Aqui podemos definir as crises, de uma

forma geral, como um momento de divergência entre esses dois mundos. No que respeita à inflação, a divergência é a não-correspondência das proporções entre os valores e os preços.

A origem dos preços das mercadorias é o estabelecimento de um “nome” monetário para os valores dos mesmos. Isso quer dizer que, no momento em que uma mercadoria é transformada por força de um costume social em moeda, todas as outras mercadorias serão avaliadas em termos de quantidades equivalentes da mercadoria padrão. Enquanto perdurou esta norma, até a abolição da convertibilidade da moeda, estava presente um tipo de **restrição monetária**. Qual seja, a de que a soma de todos os preços tinha que ser igual à quantidade da mercadoria-moeda disponível. A vigência dessa forma de restrição limitava o fenômeno inflacionário a duas possibilidades básicas. De um lado, uma modificação da quantidade de moeda implicava ajuste correspondente dos preços de todas as mercadorias. Por outro lado, uma modificação do valor da mercadoria-moeda (devida a alterações em seu processo produtivo, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário a sua fabricação) provocaria a necessidade de adequar todos os preços ao novo nível do equivalente geral.

Com a modificação do padrão monetário e o surgimento da moeda-crédito, a restrição será modificada.

“(. . .) a ‘restrição monetária em sentido restrito’, que tendia a limitar a quantidade medida em preços dos valores socialmente pré-validados pela [quantidade — L.A.E.F.] dos meios de validação efetivos (a moeda), não existirá mais. Os preços nominais vão adquirir uma independência, limitada unicamente pela taxa de pseudovalidação (‘divisor monetário’) que o sistema monetário dirigido pelos bancos centrais vai aceitar.” (Lipietz, 1983, p. 156.)

O que Lipietz chama divisor monetário é a razão entre o total dos créditos de uma economia e os que são pseudovalidados, isto é, garantidos pelo banco central via mecanismo de desconto.

O mecanismo de pseudovalidação sustentando a expansão do crédito vai desfazer quase que totalmente a “restrição monetária”, ficando esta unicamente por conta das políticas do banco central. Dessa forma, a divergência já referida entre valor e preço poderá perdurar, na medida em que a expansão permissiva da massa de moeda vai sancionar os aumentos dos preços das mercadorias, motor da inflação.

3.2 — As tropas de assalto

Muito diversamente do que ocorria no estágio do capitalismo concorrencial, quando as oscilações de preços eram meras respostas passivas dos vendedores buscando adequarem-se às modificações do mercado, no estágio atual, devido à já referida permissividade do novo padrão monetário, as oscilações de preços são motivadas por comportamentos defensivos dos donos das mercadorias, na busca de se protegerem da redução esperada em suas taxas de rentabilidade. Vejamos como. A con-

tinuada expansão monetária e as facilidades creditícias têm como principal resultado, no plano da circulação mercantil, a eliminação do risco da realização mercantil. Uma vez que a grande maioria das mercadorias e boa parte da demanda efetiva são **ante e pseudovalidadas** pelos mecanismos já descritos, o risco do negócio capitalista deixa de existir no momento $M \rightarrow D$ do processo de circulação, como havia sido dito acima. Com isso não se quer dizer que o risco desaparece. Antes disso, ele acaba sendo deslocado para um momento posterior do processo de circulação. O momento referido é o momento $D \rightarrow M$, quando o fluxo de renda gerado pela venda de mercadorias deve ser convertido em poder de compra, para fazer frente às necessidades de consumo do antigo vendedor. Em situações de crise, sempre acontece de o fluxo de renda gerado pelas vendas ser insuficientes para produzir o poder de compra esperado pelos agentes econômicos (seja a capacidade para adquirir novamente os meios de produção necessários ao início do novo ciclo produtivo, seja a capacidade de o trabalhador adquirir a cesta de bens de consumo necessária à sua sobrevivência).

É em tais situações que a nova forma da moeda vai permitir a utilização da arma hoje mais corriqueira entre os agentes econômicos: o aumento dos preços. Esses aumentos de preços são a forma pela qual os diversos agentes do sistema econômico disputam entre si um “bolo” de riqueza nacional que é declinante nos momentos de crise.² É claro que cada remarcação de preços por parte de um agente vai provocar comportamento similar em quem quer que seja consumidor daquele produto. Este é o mecanismo da chamada **espiral inflacionária**.

Dito isto, e para concluirmos o raciocínio, vamos fazer menção das duas mais importantes **espirais inflacionárias** que impulsionam a alta generalizada dos preços nas economias contemporâneas.³ O primeiro tipo de espiral (aqui, novamente, estamos seguindo Lipietz, 1983) é uma corrida entre lucros, custo de vida e salários, e acontece da seguinte forma. Numa situação de recessão ou estagnação econômica – motivada, como já foi referido, pela queda da taxa de lucro –, as rendas auferidas pelos empresários são insuficientes para gerar o poder de compra por eles esperado (uma vez que a massa de lucro média – sua fonte de renda – é menor). Como mecanismo de defesa, os empresários aumentam seus preços de venda, o que, como já foi lembrado, só é possível porque o sistema de crédito o permite. Os aumentos dos preços vão implicar, pela sua generalização, uma vez que a crise de rentabilidade seja do conjunto do sistema econômico, elevação do custo de vida para os trabalhadores (o que no Brasil se chama de **carestia**). Como resposta, serão reivindicados aumentos salariais que, por sua vez, afetarão os lucros, alimentando a briga da cobra contra o próprio rabo.

² Uma explosão inflacionária não acontece apenas em momentos de crise (queda do Produto e da Renda), mas pode ser motivada por qualquer situação de disputa mais acirrada entre as classes sociais pela distribuição da Renda Nacional, ou outro tipo de choque.

³ É bom lembrar que taxas de inflação tão díspares como os recentes 230% do Brasil e os 12% dos países europeus requerem a introdução de novas variáveis para sua explicação. No entanto, e **decididamente**, a raiz do fenômeno é a mesma, aqui apresentada.

O segundo tipo de espiral é aquela motivada pelo progresso técnico que exige continuados e incessantes esforços de inovação por parte dos capitalistas. Aqui o fenômeno toma a forma de elevação dos encargos em amortização devidos à necessidade acelerada de substituir máquinas e equipamentos tornados precocemente obsoletos pela evolução do progresso técnico. A obsolescência antecipada, ao invés de ser contabilizada como prejuízo, tem seu custo carregado no item depreciação, elevando o patamar do cálculo de preços das empresas. O custo do capital vai inflacionar o item depreciação no cálculo de preços das empresas.

4 – Um plano de campanha

Espero que estas notas possam ter contribuído para apontar caminhos em direção a uma avaliação do Plano Cruzado. Esta avaliação deve partir da posição de que a inflação moderna é um fenômeno inerente à estrutura do sistema econômico, uma necessidade do tipo de política monetária e financeira que se desenvolve na atual forma de regulação monopolista adequada ao regime de acumulação ora em crise, e que se originou das grandes transformações do mundo capitalista desde a Grande Depressão até a II Guerra Mundial. Fenômeno de longo prazo, essa inflação não pode ser resolvida por políticas conjunturais, como é o caso do Plano Cruzado. Foi notada certamente pelo leitor a ausência de uma crítica direta à tese da inflação inercial, sustentáculo teórico do referido Plano. Isto é devido à preocupação de priorizar na discussão as teses que buscam construir explicações estruturais para a inflação. Se os monetaristas apontam o comportamento do Governo em sua política de emissão excessiva como causa da subida de preços, na versão inercial, em que os fatores monetários ou estruturais não estariam mais atuando, o comportamento das pessoas seria a causa da inflação. Presa à noção de “expectativas racionais”, tão cara à tradição neoclássica, mais parece uma versão empobrecida das teses comportamentalistas da psicologia ou da biologia. Em sua variante econômica, entretanto, o “comportamento racional” surge como psicose de compulsão repetitiva, onde a indexação é o fator de alienação dos “pacientes”. Assim como não seria aceitável que um astrônomo explicasse a sucessão entre dia e noite devida à rotação da terra, não pela ação da força gravitacional em obediência às leis da mecânica celeste, mas dizendo que “o sol nascerá amanhã porque nasceu hoje”, a inércia não pode ser tomada como causa da inflação.

Construída sobre base assim frágil, as possibilidades da atual política antiinflacionária só podem ser vistas com ceticismo. Antes de impatriótica, esta constatação dá, isto sim, real dimensão da grandeza do desafio diante do qual se encontra a sociedade brasileira. Como se pode depreender da argumentação que desenvolvi a respeito da moeda-crédito, a reforma monetária que deve ser feita não é apenas a de mudar o nome do dinheiro, mas mudar o padrão, o que por si só já é difícil, mais ainda se atentarmos para o fato de ser o padrão internacional. O sistema financeiro, por seu turno, precisa ser reformado não na forma de mero ajuste. É o próprio conceito de banco e seu papel no sistema econômico que precisam ser repensados. Isto

é, enquanto tivermos moeda-crédito, teremos inflação. É trabalho para mais de um Hércules, mas sua dimensão é proporcional à profundidade da crise mundial que atravessamos, que significa o esgotamento do regime de acumulação intensiva e da forma de regulação monopolista que se chamou fordismo.

Bibliografia

- FARIA, Luiz Augusto E. (1986). Inflação, uma aproximação marxista. **Questões de Economia Política**, Porto Alegre, Centro de Estudos e Debates de Economia Política, 2(2):25-33.
- LIPIETZ, Alain (1979). **Crise et inflation, pourquoi?** Paris, Maspero.
- . (1982). Credit money: a condition permitting inflationary crisis. **Review of Radical Political Economics**, New York, Union for Radical Political Economics, 14(2):49-57, summer.
- . (1983). **Le monde enchanté: de la valeur à l'envol inflationniste.** Paris, La Découverte.
- MANDEL, Ernest (1982). **O capitalismo tardio.** São Paulo, Abril.
- MARX, Karl (1973). **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política: (Grundrisse).** Buenos Aires, Siglo XXI.
- . (1983). **O capital.** São Paulo, Abril.